

MUNICÍPIO DE JACARÉPAGUÁ

Parece que, felizmente teremos resolvida para sempre a interminável e complicadíssima questão das terras de Jacarépaguá. Só nos interessa a parte jurídica da questão. Terão os tribunais oportunidade de applicar e interpretar o art. 550 do Código Civil, pois, até aqui, os complicados e emaranhados pareceres e debates, exigências e praxes das Ordenações, nunca deixaram clara a interpretação legal, do animus possidendi.

Veremos muito breve, applicado concretamente, sobre varios aspectos, o citado art. 550 e seguintes do nosso Código Civil. Vem estas considerações a proposito do seguinte caso, que vai ser proposto perante o Juizo de uma das varas de direito:

— Os herdeiros, filhos de Luiz Daniel Telles Barreto de Menezes, neto do Juiz de Orphãos Dr. Francisco Telles Barreto de Menezes, em cuja posse está meia legua das terras deixadas por seu bisavô, na Pavuna, em Jacarépaguá, vão abrir o inventario e proseguir no feito até final. Até ahí nada de novo. Succede porém, que os herdeiros do Barão da Taquara fizeram incluir essas terras da successão aberta com a morte deste titular, na supposição de que taes terras houvessem pertencido ao Comendador Francisco Pinto da Fonseca, de quem o mesmo titular allegou ser successor legitimo, o que não está provado, pois não consta sentença de inventario que lhe transmittisse os bens. Nesse porém, que o Barão da Taquara pedesse provar ser successor do comendador Francisco Pinto da Fonseca, não provaria o seu direito sobre as terras e quaisquer bens dos herdeiros de Luiz Daniel e seus ante-passados, Barreto de Menezes, porquanto em 1856 o dito comendador reconhecia capciosamente, a existencia de uma legua de terras litigiosas nos fundos do Engenho da Taquara, legua essa que pertencia a Luiz Daniel e um seu irmão, (de quem os herdeiros são sobrinhos) mas em metade de cuja posse não estão, e sim da meia legua de seu pai.

Essas terras pertenceram outr'ora á sesmaria de "ITABUNA" e nunca se confundiram com a de Thomé da Silva; Fazenda de Santa Cruz dos Orphãos", ou "Taquara" outr'ora pertencente ao Sargento Mór João Alves Pinto Ribeiro, nem com as do "Engenho Novo de Itabuna", de Panchal Gomes d'Almeida Coame dos Reis.

COLONIZADORES E PROPRIETÁRIOS DAS TERRAS

A região de Jacarepagua, cujos limites são quase os de antes: de um lado o mar e por outro as montanhas circundantes, provavelmente foi explorado na direção de: Iraja, Campinho, Mato Alto, Tanque, depois ind numa direção para Porta D'água, Muzema, Itanhanga, Barra da Tijuca, e, na outra, Taquara, Engenho Novo, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Pedra De Guaratiba e Recreio dos Bandeirantes (aos leitores informamos que usamos os nomes atuais das localidades).

Apois a importação da cana-do-açúcar da Ilha da Mdeira, no Campo das Capitánias e ter sido provado a grande possibilidade de exportação desse produto, havia grande interesse entre os protegidos da Corte de Lisboa à conseguir grandes áreas, as sesmarias, para o plantio da cana.

A família Sa, nos primórdios já havia prestado grandes serviços à Coroa, isto no século XVII, não havendo admiração, quando os membros desta família foram beneficiados com as sesmarias de Jacarepagua, lugar situado perto do porto de exportação do Rio de Janeiro.

Assim, o General Salvador Correa de Sa e Benevides, pelo ano de 1624, obteve a sesmaria Leste e Gonçalo Correa de Sa, a sesmaria Oeste, beneficiando as duas propriedades numa linha que segue da Pedra Branca ao Rio Pavuna, seguindo este até sua foz e de lá em linha reta até o mar.

O General Salvador Correa de Sa e Benevides nasceu no Rio de Janeiro, em 1594, era filho de Martim de Sa e neto de Salvador Correa de Sa. Em 1625, com 31 anos de idade, levou reforços e concorreu para a defesa da Vila Do Espírito Santo, contra o ataque do holandês Pait Heyn, depois esteve na Bahia, até a expulsão dos holandeses.

Aos 40 anos era Almirante, nomeado por Phillippe II, nos combates em Tucuman; governou por três vezes a Capitania do Rio de Janeiro-19/09 a 1648 de 16/01/48 e de 4/10/1659 a 29/04/1662. Nos intervalos de mandatos comandou esquadras que navegavam entre o Rio de Janeiro e Lisboa; em 1648 dirigiu a expedição fluminense que expulsou os holandeses de Angola; em 1663 foi chamado a Lisboa não mais voltando ao Brasil, falecendo no dia 1º de janeiro de 1688 e foi sepultado no Convento das Camelitas Descalças.

No primeiro livro de batismo e casamentos da Paróquia N. S. do Loreto (histórica); em diversas ocasiões é citado o nome deste proprietário.

As duas terras pertenciam às áreas de: Barra da Tijuca, Inhanga, Porta D'água, Taquara, Colônia Juliano Moreira.

Já no século XVIII, havia diversos proprietários conforme podemos citar: -Engenho D'água-pertencia ao Visconde De Asseca; Engenho da Serra era proprietário pelo ano de 1770 o Sr. Jose Reis de Aragão, que em 30 de abril de 1771, por escritura no Cartório do Tabelião Domingos Coelho

Brandão, doou duas áreas, uma a Irmandade de N.S. da Pena e outra a Freguesia de N.S. do Loreto; Fazenda da Taquara-pertenceu à família Telles de Menezes, cujo maior vulto no século passado, era o Barão da Taquara, cuja esposa Baronesa da Taquara veio a falecer no ano de 1961; Engenho Novo-cuja casa grande está hoje a Colônia Juliano Moreira, pertenceu à família Telles dos Reis.

A sesmaria de Gonçalo Correa de Sa se estendia pela costa até a Serra Geral de Guaratiba e subindo por esta até a Pedra Branca, Assim a ela pertenceriam as localidades hoje conhecidas por: Estrada dos Bandeirantes, a partir da ponte sobre o Rio Pavuna (perto da estação Radiotelegrafica-Radional) com as valas entrantes para os dois lados-Camorim, Vargem Pequena e Grande, Recreio dos Bandeirantes, inclusive as lagoas: Marapendi e Sernambetiba.

Por herança estas terras passaram para D. Vitória Correa de Sa, sua filha D. Esperança casada com D. Luiz de Capedes Xerêa, que foi Governador Geral do Paraguai e de quem ficou viúva sem filhos, Conforme consta em documentos, pouco antes de falecer, D. Vitória, em 30 de Janeiro de 57, fez um testamento revelado em páginas anteriores deste arquivo.

Existe no Arquivo NACIONAL um precioso Código, sob a indicação de Catalogo Livro 15, J, (Seção de MSS.), onde vemos o tranelado de numerosas escrituras e aforamentos de vastas propriedades em Jacaregua, em benefício das descendentes dos Sa, predominado os Viscondes de Asseca, em cuja homenagem foi dado o nome da Praça Asseca (que o povo abreviou para Praça Seca), denominação substituída para Praça Barão da Taquara, antigo Distrito Federal.

À ligeira narrativa histórica que fizemos sobre a Freguesia de Jacarepaguá, vamos acrescentar o seguinte:

"As terras vinculadas ao morgado de finado Visconde de Assesca tinham subjeição por cláusulas expressas, cabendo as mesmas aos vagões que conservassem o título de Visconde, ou seus descendentes. Na falta absoluta de quem conservasse o nome de Corrêa de Bã, passarão as mesmas terras a um estrangeiro com cláusulas expressas de obrigação como ainda consta dos autos de instituição do aludido morgado.

Aquelas terras constavam de duas léguas de testada e duas léguas pelas vertentes da Serra da Tijuca, a partir do mar, seguindo pela praia até onde existe um grande marco, separando as terras desse morgado das do antigo Engenho de N. S. do Desterro de Guaratiba.

Depois de uma légua de extensão as terras do morgado de Assesca terminam no lugar denominado Pedra Negra da Cruz, incluída as duas léguas.

As terras da propriedade de João Corrêa ficavam situadas do lado mais próximo da cidade, a 4 metros desta, nas vertentes da Serra da Tijuca, que tomba para a Freguesia de Jacarepaguá. No pé da Serra, um tanto afastado do caminho que vem do Engenho Novo para Jacarepaguá. Havia o Engenho de sua propriedade, separado de Gabinal dos Jesuítas por um rio chamado PASSAGEM.

Para os lados da Freguesia, estabeleceu-se uma zona neutra, com campos para a pastagem, onde pediam-se estabelecer currais para o pasto do gado que se destinava para o corte.

O engenho de João Corrêa denominava-se ENGENHO D'ÁGUA DE ALAGOA.

Em 1615, mais ou menos, a população da Freguesia de Jacarepaguá em pátio que dirigiu as altas autoridades civis e eclesiásticas disputou a da Freguesia de Irajá e direito de matriz comum.

No ano seguinte foi decidido em favor da Freguesia de Irajá conseguindo porém Jacarepaguá licença para construir uma capela em seis de março de 1661, ficou Jacarepaguá independente de Irajá.

Naquela época três eram as designações dadas as porções de terra ou sesmarias. -daba, sítio e freguesia.

Assim é que existiam os sítios denominados QUITIBI, CARIOÇA, BAISMAL, RETIRO, PANELLA, ESTIVA, CATONHO, CANTAGALO, PARTIDO, CAMPO DAS FLORES, IPIRADATIBA, TEIXEIRAS, RIO PEQUENO, NOGUEIRAS, SACANÁ, etc. Fazendas são: CATUNDÁ, ENGENHO DE FORA, ENGENHO NOVO, DA TAQUARA, ENGENHO VELHO DA TAQUARA, CAMORIM, VARGEM PEQUENA, VARGEM GRANDE, ENGENHO D'ÁGUA, ENGENHO DA SERRA, BANCOS, etc.

As datas eram em grande numero e tinham por característica importante serem marcadas por braças de frente, vende todas as da Estrada da Freguesia de 750 braças a meia légua de fundo, até morrer nas vertentes!

Atualmente muito pouco existe do antigo Jacarepaguá, e progressa vai pouco a pouco invadindo a propriedade e transformando-a.

ZZZZZZZ ZZZZZZZ ZZZZZZZ

HISTÓRICO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PEÑA

Em Jacarepaguá, na pitoresca Freguesia, está a tradicional Igreja de N.S. Da Peña, padroeira das artes, imagem, no altar-mór, representa a Virgem Imaculada com uma pena na mão, em campo azul e as inscrições: VIRGO SINGULARIS E MALA NOSTRA PELE.

Sobre uma imensa pedra de granito escalvado, escreveu em 1922 ' Ferreira Da Rosa:

"160 metros a cima do nível do mar está a Igreja De N.S. Da Peña, construída em 1781. Do adro dessa igreja avista-se quase toda a superfície de Jacarepaguá.

É lindo o panorama circular e vasto: matizado por todos os verdes da vegetação, riscados pelas estradas de rodagem, ora retas, ora sinuosas, espalhando-se o sol em alguns filetes de água corrente; destacando-se as habitações em grupo, coloridas, aqui entre casuarinas que se perfilam, ali entre casuarinas que se debruçam, a chaminé de uma usina, o terreiro de uma casa antiga; a mata, cafezais, laranjais, canaviais, hortas e latadas, tudo aparece como embutidos de um grande mosaico. Limitando o horizonte, em planos diferentes, corre a cadeia de montes interrompidas só da parte sul para que a vista alcance o brilhante azul do mar, ao longe, fora da barra, muito fora pelo Atlântico".

A igreja foi construída por iniciativa do padre Manoel D'Áraújo, que ali possuía uma vasta fazenda e a quem se deve também a construção de outra próxima, dedicada a N.S. Do Loreço, padroeira dos aviadores.

Quanto ao restaurador do templo, quase em ruínas e ameaçado pelo mato, foi ele o abastado senhor José Rodrigues de Aragão, em 1770.

Além da reconstrução doou terras alforrias e paramentos, oferecendo ainda à respectiva irmandade quatro mil cruzeiros.

A tradicional igreja bem merece ser visitada pelas suas preciosidades arquitetônicas e tradicionais, no altar-mór, possui as de N.S. Do Rosário, Da Conceição, Santa Terezinha, Santa Inês e diversas do Senhor Crucificado.

Vários painéis de velhos artistas representam episódios da história sagrada, havendo na sacristia muitas relíquias: vasos, quadros, entre os quais os retratos de D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina, grandes devotos de N.S. Da Peña.

O crânio do Sr. José Rodrigues de Aragão encontra-se na Igreja, ao lado de quadros de agradecimentos à Santa por milagres concedidos.

FUNDAÇÃO DA FREGUESIA DE N.S. DO LORETO

Muitos anos antes da criação da Freguesia de N.S. do Loreto de Jacarepagua, o que se deu por concessão datada de 6 de março de 1661, várias capelas coladas sujeitas à jurisdição da Candelária surgiram em várias fazendas de Jacarepagua, entre as quais, uma das mais antigas foi a capela de S. Gonçalo Amarante, na grande e rica Fazenda do Camorim, data de 4 de outubro do mesmo ano.

Escreve o cronista Pizarro de Araujo, nas suas Memórias Históricas do Rio De Janeiro, (edição da Imprensa Nacional, Rio, 1945, Vol. III, Pags, 164-165), que, "para se construir o templo que servisse a esse fim, doaram o Capitão Rodrigo da Veiga de Barbude e sua mulher, vinte braças de terras em quadra de sua Fazenda de Jacarepagua, por escritura celebrada no cartório, em que serviram os tabeliões Antônio Ferreira da Silva e Sebastião Ferrão Freire e, ultimamente Faustino Soares de Araujo, Livro 1658 a 1660 Fol. 238 v. Não tendo efeito na obra da igreja nesta data, se verificou em terras do Padre Manoel de Araujo, a quem o Santuário Mariano F. 10, Liv. 3, Tit. 39 e 41, declarou seu fundador, falando o visitador Araujo dos principios dela, disse na informação da visita de 1737. - Foi uma das desmembradas da de Irajá; não consta verdadeiramente o ano, mas por um assento antigo feito em livro particular de memórias de Paulo Ferreira da Souza, já defunto, avô de R. Vigaño atual o padre Antônio de Souza Moreira, consta que no ano de 1664, se erigiu a Igreja para Matriz, na Fazenda do Padre Manoel de Araujo, e que na benção da dita igreja assistira a Prelado Manoel de Souza Almada, o Governador Pedro de Melo e o Provedor Diogo Corrêa. No mesmo lugar desta dita igreja, por estar arruinada, se edificou a existente à custa dos moradores. Não constando por esta memória o ano em que foi desmembrada e principiou a parochiação privativa em Jacarepagua, sabe-se, contudo, pela memória escrita à fl. 1 do Liv. 1 de batismos, que o Prelado Almada criara no dia 6 de março de 1661 a Freguesia, dedicando-a a N.S. do Loreto e Santo Antônio. Em sítio pouco distante do lugar da primeira Igreja, onde se descobrem ainda vestígios da sua existência, levantaram os fregueses a que subsiste com paredes de pedra e cal, dando-lhe 87 palmos de comprimento, desde a porta principal até o arco, e 41 de largura; e daí até o fundo da capela mor, 59 de comprimento e 32 de largo. Adornam esse templo cinco altares, no maior dos quais está o sacraário, em que perpetualmente se conserva o SS, Sacramento, depois de instituída, por provisão de 9 de outubro de 1750, uma irmandade para a zelar se culto.

Através dos tempos, o povo passou a denominar o lugar onde se erigiu a Igreja - Freguesia - por abreviatura de Freguesia de N.S. do Loreto, da mesma forma como passou da vasta e rica Fazenda do

Barão da Tâquera, -Francisco Pinto da Fonseca Teles, da antiga e poderosa família dos Teles, de quem possuímos ainda no centro da cidade os "Arcos dos Teles", como lembrança histórica dos ancestrais do Barão, que foram Juizes de Órgãos, por hereditariedade, da cidade de S. Sebastião do Rio De Janeiro.

Vemos à página 167 das preciosas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, do Monsenhor Pizarro (Vol. III), os nomes dos primeiros vigários da Freguesia de Jacarepagua, que foram os seguintes: 1º Paçoco, próprio padre Antônio Ribeiro de Almeida, que principiou a servir em 1665. Foi 2º o padre Mateus da Silveira Ávila, que no ano de 1691 fez os primeiros atos paroquiais. Seguiu-se 3º o padre Matias Gonçalves Corrêa, cujos sentos nos livros da Matriz se descobrem feito desde 1706. Substituiu a paróquiação o padre Antônio de Souza Moreira, 4º colocado no mês de agosto de 1732. Entrou 5º o Padre Bento Pinheiro de Horta da Silva Cepeta (ex-jesuíta), apresentado a 14 de dezembro de 1797 e confirmado a 29 de agosto do ano imediato, mas ausentando-se para Lisboa no ano de 1801, como fugindo de algumas perseguições e sem facultades competente, ali se deixou ficar ensurdecido às vozes do Direito, que o chamava ao exercicio de seu cargo, por cuja causa se proveu a Igreja ao Padre Jose Luiz de S. Boaventura (ex-religioso da província da Conceição desta Cidade) que tomou posse de 7º colocado a 11 de maio de 1811.

CEMITERIOS EM JACAREPAGUA

Em pesquisas realizadas, conseguimos apurar que o primeiro cemitério existente em Jacarepagua era perto da Matriz até aproximadamente meados do século passado; o segundo, estava localizado nas redondezas, onde hoje se encontram os números 1160 até 1190 da Av. Genesário Dantas, portanto perfazendo um total de 2 cemitérios já naquela época.

Referindo-se ao primeiro, o Monsenhor Santos escreveu em 1914 "A Archiocese do Rio de Janeiro". "O cemitério velho pertence a fábrica da Matriz, que nos informaram, está em completo estado de abandono a ponto de ruir a capela que nele existe. A vizinhança tem tratado do cemitério Municipal e isto serviu de estímulo aos que deveriam zelar por ele, o mato invadiu tudo, entretanto ainda se vê sepulturas monumentais, como a do capitalista Albano Raymundo da Fonseca Marques, do Dr. Cândido Benício da Silva Moreira e outros!"

Com referência a extinção deste cemitério, consta no 1º livro da tomo o seguinte: "Certifico, que, revendo o livro nº2 do Registro de documentos relativos aos diversos patrimônios da Archiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, nele a fl. 2, encontrei

tendo no lado o número do protocolo 7.583 o seguinte registro: "Em 23 de julho de 1931, o Exmo. Mons. Vigário Geral p.c.e. de S. Excia., aceitou o parecer do Reverendíssimo Cabido Metropolitano, mandando ceder a prefeitura o terreno do cemitério paroquial de Jacarepaga, reservando uma quadra de 50 metros quadrados, de propriedade da Matriz, para enterramentos de Vigários e Sacerdotes da Paróquia, isento de qualquer ônus; e ressalvadas as perpétuidades por ventura existentes". O pedido feito pela Diretoria Geral de assistência Municipal, em Ofício nº 510 de 25/03/1931; e sobre eles deram pareceres o Revmo. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1931, (z) GUEDES. Nada mais continha o referido, o qual fielmente copiado do original a que o reporto; ITA IN FIDE SACERDOTIS, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1931, assinado cônego Francisco de Assis Caruso-Secretário do Arcebispo.

Como consta nos livros dos óbitos, existiam no século passado, também outros cemitérios, provavelmente perto das capelas como o Cemitério das Saudades, cuja localização não conseguimos para fornecer aos nossos leitores.

No princípio deste século foi inaugurado o Cemitério Municipal, dele falando, cita Monsenhor Santos, em sua obra acima mencionada.

A cultura de cana-de-açúcar foi a primeira atividade de grande relevo e importância no território carioca.

Ao terminar o século do descobrimento já havia aqui três engenhos: o de Martim Afonso, levantado onde hoje é parte central da Cidade, o de Diogo Amorim Soares, perto da Lagoa Sacopenapan (Rodrigo de Freitas), e o de Cristóvão de Barros na Ilha do Governador. Pouco se sabe acerca dos Engenhos cariocas no decurso do século XVII; o Mapa de Gaspassi indica três na terra firme e três na Ilha do Governador.

No século seguinte, a indústria do açúcar já tinha desenvolvido tanto que, no mapa de Vieira Leão (1767), estavam indicados 32 engenhos entre os rios Cabuçu, Sarapuí, a Baía de Guanabara e a Barra da Sapetuba numa área que abrange pouco além das terras que hoje constituem o Rio de Janeiro.

De todos esses, mais da metade ficava na zona de Campo Grande e Guaratiba. No primeiro terço do século XVIII, a importância da indústria açucareira havia declinado pelo desvio do braço escravo para a sedutora atividade mineira.

A febre do ouro levou muita gente para os sertões de Minas Gerais e os campos das lavouras de cana do litoral logo sentiram os efeitos da escassez da mão de obra. X

Em 1730, havia em todo o Rio de Janeiro, 101 engenhos, enquanto poucos anos antes contavam-se 120 (cento e vinte). O consumo da bebida alcoólica foi a princípio um grande estímulo à cultura da cana; foram-se multiplicando as fábricas de aguardente para atender ao aumento de consumo mas, no meado do século XVII (1647) o governo resolveu proibir o cultivo daquela graminéa para o fabrico de aguardente, porque estava prejudicando a importação do vinho de cujo imposto se originavam os recursos financeiros para as fabricações da Colônia. Daí a proibição, em 1643, da venda de aguardente no Rio de Janeiro e o ato do Senado da Câmara (Órgão correspondente à Câmara dos Vereadores) conforme se lê na Geografia dos Engenhos Cariocas, de Afonso Varzea, de votar medidas restritivas ao uso da "pinga". Os vereadores de então "acentaram na dita Câmara que dentro desta Cidade e por seus arredores não se venda aguardente da terra nem cachaça com pena de 6 mil pagos (reís) na cadeia pelo grande prejuizo que se segue na dita beberagem".

X Em Jacarepagua, no ano de 1767, Francisco Rossio indicava 7 engenhos, crescendo mais tarde o número para 11, o que levou o Professor Varzea a considerar que se fosse procurada a tradição canavieira da planície de Jacarepagua não poderia ser chamada "Planície dos 11 engenhos". Do Engenho Novo em Jacarepagua, ainda se vê o aqueduto e a Capela

na estrada da atual Colônia de Psicopatas (Juliano Moreira).

A CULTURA DA BANANA

A bananeira é uma das plantas mais úteis ao habitante das zonas tropicais porque fornece alimento farto em retribuição a muito pouco trato.

Os bananais tem-se dilatado no território carioca porque encontraram nas faldas das montanhas condições muito propícias ao seu desenvolvimento. A pequena mão-de-obra para o trato e o consumo cada vez maior de banana, em consequência do seu valor alimentício, tem contribuído para uma contínua expansão dos bananais, sobretudo nas encostas mais úmidas das terras cariocas.

As maiores extensões de bananais se encontram nas abas do maciço da Pedra Branca e do Gericino, havendo também grandes plantações nas encostas do maciço da Tijuca, na vertente de Jacarepagua.*

A bananeira é plantada, às vezes, em terrenos muito íngrimes, com mais de 60% de declive, em terras conquistadas às matas e às capoeiras. Também há plantações nos terrenos de baixada, em Jacarepagua, em Santa Cruz e Guaratiba, mas apenas da variedade "nanica" ou banana d'agua que se adapta ao solo excessivamente úmido daquelas planícies.

A bananeira produz rapidamente grande massa de matéria vegetal que permanece in loco após a colheita do fruto e pela decomposição enriquece o solo com matéria orgânica restituindo parte dos elementos minerais dele atirados. A matéria orgânica restituindo parte dos elementos da água e do ar, além de enriquecer o solo, aumenta sua capacidade de retenção de água mantendo o local sempre em condições favoráveis à cultura dessa preciosa plantação.

Os bananais representam hoje a cultura mais importante da Guanabara, e o fruto produzido em maior escala é colhido durante o ano inteiro. A produção é consumida no próprio Rio; a população de menores recursos encontram na banana um alimento barato, sadio e saboroso.*

Ja no século do descobrimento, a banana desempenhava importante função alimentar; "com esta fruta se mantem a maior parte dâs escravos desta terra, porque assadas verdes passam por mantimento, e quase tem substancia de pão", e' o que nos informa Gandavo, ao descrever o BRASIL de 1570.

Segundo o Dr. Henry Labre, professor na Faculdade de medicina de Paris, "o poder nutritivo da banana é considerável; não é inferior a 100 calorias por 100 gramas de bananas frescas."

A CULTURA DO ANIL

O cultivo do anil, e o preparo da tinta azul, começou no Rio, no meado do século XVII, no vice-reinado do Marquês do Lavrádio. Antes disso a agricultura aqui visava somente ao açúcar e aos produtos básicos da alimentação. Segundo Baltazar Da Silva Lisboa, foi um cirurgião francês chamado Darrid quem descobriu aqui no Rio a planta anil crescendo em estado silvestre.

Pouco tempo depois, começou o interesse por esse novo gênero de comércio, sendo montadas várias fábricas de tinta nos arredores da cidade segundo Afonso Varzea, uma delas funcionava na Fazenda dos Jesuítas no Engenho Velho, e certamente outras haveria nas diversas propriedades rurais.

As primeiras tentativas de produção do anil não lograram êxito, mas em 1773 com a remessa para a Eupopa de boas amostras do produto, a sorte recomendou a sua cultura e determinou que fosse comprado pela Fazenda Real todo o anil produzido no Brasil. É o início do estado, da economia privada, em nossa terra. O padre Couto, que foi o primeiro plantador de café na serra do Medanha, dedicara-se anteriormente à cultura do anil.

Ainda hoje encontra-se anil silvestre em Guaratiba e em Jacarepagua. O rio do Anil, assim chamado desde os tempos mais remotos, sugere que essa planta existisse ali em abundância. Não foi, entretanto, atividade muito atrativa.

Apesar da garantia do mercado, essa atividade teve vida efêmera e no fim do século já não tinha grande importância no Rio de Janeiro.

João Morgan que, em 1816, publicou em Ouro Preto um folheto intitulado "Memória" sobre a planta anil, sua cultura e fabrico da tinta em diversos países, informa que a tinta azul foi objeto de exportação principalmente pelo porto do Rio de Janeiro em cujas vizinhanças a cultura da planta do anil e a elaboração da tinta, que dela se extrai, dava proveitoso emprego aos habitantes daquela província.

Diz ainda aquele autor que no Rio a cultura do anil foi desprezada pela do café e outros gêneros mais rendosos. Por volta de 1860 o negócio do anil já era decadente do Rio, mas, ainda era produzido na Ilha Grande para o consumo do país.

Enquanto a cultura do anil decaía no Brasil, tomava grande desenvolvimento na Índia, onde, por muito tempo, foi objeto de importante comércio.

Essa indústria se manteve próspera durante muito tempo no Oriente e na América Central, só desaparecendo pela concorrência do

anil sintético fabricado na Europa, no começo deste século, partindo dos sub-produtos da destilação da hulha.

Alem disso a concorrência do azul ultramar obtido com substâncias minerais ainda mais concorreu para o desaparecimento quase completo da cultura do anil nas zonas tropicais.

No Brasil, foi uma atividade sempre precária, limitada à segunda metade do século XVIII, mas ainda permaneceu em lugares pouco desenvolvidos até o princípio do século de hoje.

Outrora produziu-se muito anil, no Amazonas e no Maranhão, mas hoje não se pode mais pensar nesse produto vegetal como gênero de comércio porque a técnica moderna fornece o anil sintético e os substitutos, em melhores condições para o consumidor.